

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | PósARQ

ARQ 1001 – Metodologia Científica Aplicada

Prof. Sonia Afonso, Dra.

Florianópolis, 07 de dezembro de 2008.

Dinâmicas I, II & III

Dinâmicas I, II & III

Milena Brandão

Arquiteta e Urbanista, Mestranda em Arquitetura e Urbanismo | PósARQ

Orientadora: Marta Dischinger, PhD.



Tema TEMA

- Acessibilidade espacial;
- Deficiência Visual;
- Sistemas de apoio à orientação espacial;

Pressupostos

PRESSUPOSTOS

1. O conhecimento teórico e prático existente sobre sistemas de orientação espacial para pessoas com deficiência visual no Brasil não é produzido na proporção da demanda e/ou difundido de forma adequada no Brasil;
2. A legislação e as normas técnicas não são corretas e/ou suficientes face à grande variedade de situações espaciais;
3. Os materiais de construção, acabamentos e tecnologias assistivas para orientação espacial de pessoas com deficiência visual são inadequados ou produzidos em quantidade insuficiente para a atual demanda;
4. O estado investe pouco em políticas e ações eficientes para adequação dos espaços;
5. As ações de fiscalização sobre políticas e ações inexistem ou são ineficazes;

Pergunta principal

PERGUNTA

- Quais razões da ineficiência das políticas públicas para a acessibilidade espacial das **pessoas com deficiência visual**?

Perguntas secundárias

PERGUNTAS

1. Quais processos de produção do conhecimento teórico e prático existentes sobre sistemas de orientação espacial para pessoas com deficiência visual no Brasil e como funcionam as ações de difusão desse conhecimento?
2. Quais bases teóricas/práticas utilizadas para definição dos parâmetros normativos da legislação e das normas técnicas acerca dos sistemas de orientação espacial para pessoas com deficiência visual?

Perguntas secundárias

PERGUNTAS

3. Por que a indústria produz materiais de construção, acabamentos e tecnologias assistivas para orientação espacial de pessoas com deficiência visual inadequados ou em quantidade insuficiente para a atual demanda?
4. Quais critérios adotados no direcionamento dos investimentos do estado nas políticas de acessibilidade espacial?
5. Como o estado regula e fiscaliza esses financiamentos, a aprovação de projetos, leis e obras para acessibilidade espacial?



Objetivos

OBJETIVOS

Objetivo Geral

- Reconhecer os **entraves** existentes eficiência das políticas públicas para acessibilidade espacial das **pessoas com deficiência visual**, com enfoque nos sistemas de apoio à **orientação espacial** no Brasil, para que se possam desenvolver reflexões e recomendações, a fim de contribuir para o aprimoramento destes processos, tornando, assim, a inclusão dessas pessoas na sociedade mais efetiva.

Objetivos específicos

- Aprofundar conceitos teóricos sobre acessibilidade espacial para pessoas com deficiência visual;
- Identificar e entender as dificuldades e capacidades relacionadas à deficiência visual e as restrições delas advindas da relação destas pessoas com os espaços, na realização de suas atividades;
- Investigar e sistematizar conhecimento prático existente;
- Avaliar comparativamente os itens da NBR 9050/2004 e de outras normas internacionais existentes referentes aos sistemas de orientação para pessoas com deficiência visual;



Objetivos específicos

- Levantar e compreender processos semelhantes em outros países;
- Reconhecer os agentes que compõem este o processo e compreender a forma com a qual interagem: pesquisadores, associações de pessoas com deficiência, legisladores, Ministério Público, profissionais liberais, órgãos de planejamento, indústrias, construtores, e outros atores;
- Estudar situações concretas de aplicação de sistemas de apoio à orientação para pessoas com deficiência visual no Brasil.



Métodos

MÉTODOS

- Pesquisa bibliográfica
- Estudo de caso de aplicação de sistemas de apoio à orientação espacial para pessoas com deficiência visual em Florianópolis – SC, com enfoque nas políticas públicas

